

ANALISTA DE PROCURADORIA – ESPECIALIDADE ADMINISTRATIVA – PGM

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão dissertativa, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão dissertativa deverá ser respondida em, no mínimo, **20 (vinte)** e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Entre as frases a seguir, indique aquela que mostra um **erro** de pontuação no que diz respeito ao emprego da vírgula.

- (A) Você terá alcançado a excelência como líder quando as pessoas o seguirem a qualquer lugar, nem que seja por curiosidade.
- (B) Um líder tem que ser sincero, para que acreditem nele. Quando perde a credibilidade, por mais competente que seja, tudo fica perdido.
- (C) Evite que seu ego fique muito próximo de sua posição para que, quando sua posição cair, seu ego não vá junto.
- (D) Na história de qualquer problema, há um momento em que ele é suficientemente grande para ser identificado, mas pequeno demais para ser resolvido.
- (E) Se você não respeitar os membros de sua equipe, eles também não tratarão bem outras pessoas.

2

Assinale a frase que mostra uma imagem positiva do que chamamos “imaginação”.

- (A) A imaginação desgoverna o mundo.
- (B) A imaginação não faz castelos no ar, mas transforma cabanas em castelos no ar.
- (C) A imaginação humana é imensamente mais pobre do que a realidade.
- (D) A imaginação é tão mais robusta quanto mais fraco é o raciocínio.
- (E) A imaginação nos mostra que a humanidade não consegue suportar muita realidade.

3

Quando falamos ou escrevemos, sujeitamo-nos a equívocos entre palavras que apresentam certa afinidade de forma ou de sentido.

Assinale a opção em que esse problema aparece, em uma frase propositalmente adulterada.

- (A) “Carolina é como ela se chama: os apelidos manda a minha proverbial discrição calá-los.” (Camilo Castelo Branco)
- (B) “Ultimamente a goiabada mole de bananas, manufatura econômica do despenseiro.” (Raul Pompeia)
- (C) “Havia para mim um regime de exceção.” (J. Lins do Rego)
- (D) “O pior é que ele dispndia o ganho e mais.” (Machado de Assis)
- (E) “A figura do general é ainda um intrincado enigma.” (Euclides da Cunha)

4

Leia com atenção o trecho a seguir.

As ilusões caem uma após a outra, como as cascas de uma fruta, e a fruta é a experiência. Seu sabor é amargo; no entanto, ela possui algo acre que a fortifica.

G. de Nerval, escritor francês, 1808-1855, *Angelique*.

Indique a afirmativa correta quanto à sua significação ou estruturação.

- (A) Na vida, as experiências não trazem boas consequências.
- (B) A metáfora “fruta” é empregada, na frase, como termo de comparação para as ilusões.
- (C) As cascas das frutas representam as passageiras ilusões, que passam rápido na vida.
- (D) O conectivo “no entanto” opõe ilusões à experiência.
- (E) No segmento “a fortifica”, o pronome “a” substitui o substantivo “fruta”.

5

Assinale a afirmativa em que se trocou adequadamente uma oração adjetiva por um adjetivo de valor equivalente.

- (A) O estudo é uma atividade que não para nunca. / descontinua
- (B) É para muitos um sucesso que ficou pouco tempo. / alternativo
- (C) O maior problema é uma doença que se prolonga por muito tempo. / inata
- (D) O objetivo é um governo que só dura certo tempo. / instável
- (E) O concurso público é um esforço que dura pouco. / efêmero

6

Todas as frases a seguir estão descritas em discurso indireto.

Assinale a opção em que a reescritura dessa frase, em discurso direto, está correta.

- (A) No primeiro dia de aula, o professor de artes marciais disse aos alunos que exigia ordem e disciplina. / Eu exijo ordem e disciplina.
- (B) O piloto declarou na investigação que seus reflexos não funcionaram porque estava cansado demais. / Os reflexos não funcionam porque estou cansado demais.
- (C) Quando passei por ele, o aventureiro estava dizendo que tinha valido a pena voar, ainda que fosse para descobrir novos aspectos de coisas conhecidas. / Valera a pena voar, ainda que tivesse sido apenas para descobrir novos aspectos de coisas conhecidas.
- (D) O médico disse ao pai do menino que seu filho precisava realizar uma cirurgia. / Meu filho precisa realizar uma cirurgia.
- (E) Meu pai me tinha dito que não estava contente comigo. / Eu não estive contente com você, meu filho.

7

Todas as opções a seguir mostram a substituição do termo sublinhado por um pronome pessoal.

Identifique aquela em que essa substituição mostra-se **inadequada** em relação à norma culta da língua.

- (A) Como o automóvel estivesse escangalhado, solicitamos à oficina que consertasse o automóvel. / que o consertasse.
- (B) Fizemos o bem a todo o mundo, mas não fizemos o bem a nós mesmos. / não fizemo-nos o bem.
- (C) Depois de analisar a secretaria, o diretor do colégio conclui que era necessário modificar a secretaria. / modificá-la.
- (D) O professor mudou-se, por isso o aluno não pôde entregar o trabalho ao professor. / não lhe pode entregar o trabalho.
- (E) Aquele aluno é desatento. Precisamos sempre lembrar ao aluno os seus trabalhos escolares. / lhe lembrar os seus trabalhos escolares.

8

Nas frases a seguir, há alguns casos de abuso no uso dos pronomes.

Assinale a opção cuja construção está correta quanto ao emprego pronominal.

- (A) Você, o que você quer é que eu faça o trabalho.
- (B) É por isso que você está preocupado.
- (C) Este automóvel, temos que enviá-lo para a oficina.
- (D) As mãos, não devemos movimentá-las demais ao falar.
- (E) Seus cavalos, ele não os tem bem treinados.

9

O pleonasma vicioso denota uma repetição desnecessária de palavras ou ideias, o que gera redundância na comunicação.

Assinale a frase em que ocorre esse vício de linguagem.

- (A) Estas são suas obras póstumas, que foram publicadas após sua morte.
- (B) A questão do desarmamento não se resolverá antes de um século.
- (C) O sargento, com seu novo uniforme, exhibe-se para o público.
- (D) Suba lá para o segundo andar e diga a Pedro que desça.
- (E) O avião se deslocava a grande velocidade.

10

Nas frases a seguir, extraídas do livro *A alma encantadora das ruas (1908)*, de João do Rio, a palavra “estrangeiro” está destacada.

Assinale aquela em que o termo exemplifica a classe do substantivo.

- (A) Os ferros retiniam sempre a música sinistra. Encostados à amurada, damas roçagando sedas e cavalheiros **estrangeiros** de smoking, debochavam, em inglês, as belezas da nossa baía.
- (B) Todos nós conhecemos o tipo do rapaz do Largo do Machado: cabelo à americana, roupas amplas à inglesa, lençinho minúsculo no punho largo, bengala de volta, pretensões às línguas **estrangeiras**, calças dobradas como Eduardo VII.
- (C) Se isso era possível em 1880! Depois, quer saber? A República trouxe a Bolsa, uma porção de cocheiros **estrangeiros**, uns gringos e ingleses de cara raspada, com uns carros que até nem eu lhes sabia o nome!
- (D) Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e os pobres **estrangeiros** pegados na Marítima trabalhavam por três mil réis dez horas de sol a sol.
- (E) Esse esquisito sentimento dos poetas da calçada tem uma sequência lógica – o jacobinismo pândego, a crítica acerba, toda de alto, com desprezo das coisas **estrangeiras**.

Raciocínio Lógico

11

Considere a sentença: “Paula não é administradora ou Raquel é economista ou Ricardo não é advogado”.

Assinale a sequência logicamente equivalente à sequência dada.

- (A) Se Paula é administradora, então Raquel não é economista ou Ricardo é advogado.
- (B) Se Paula é administradora, então Raquel não é economista e Ricardo é advogado.
- (C) Se Paula é administradora, então Raquel é economista e Ricardo não é advogado.
- (D) Se Paula é administradora e Raquel não é economista, então Ricardo não é advogado.
- (E) Se Paula é administradora e Raquel não é economista, então Ricardo é advogado.

12

Nair precisa trocar uma lâmpada localizada 12 centímetros abaixo do teto de sua cozinha. O teto está 2,4 metros acima do chão. Nair tem 1,5 metro de altura e consegue alcançar 42 centímetros acima da sua cabeça. Em pé em um banquinho, ela consegue alcançar a lâmpada para trocá-la.

A altura mínima do banquinho, em centímetros, é:

- (A) 34.
- (B) 35.
- (C) 36.
- (D) 37.
- (E) 38.

13

Em uma urna há fichas de 5 cores diferentes: 30% são azuis, 20% são amarelas, 15% são brancas, 10% são verdes e 40 fichas são pretas.

25% das fichas amarelas são substituídas por fichas brancas.

Agora, a porcentagem de fichas brancas na urna é:

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 40%.

14

Em uma sala, há mais do que 22 e menos do que 32 jovens, dos quais $\frac{5}{6}$ estão usando tênis e $\frac{3}{4}$ estão usando boné.

O número mínimo de jovens, nessa sala, que estão usando tanto tênis como boné, é:

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

15

Em uma sequência de números inteiros, cada termo, a partir do 4º, é a soma dos 3 termos imediatamente anteriores a ele. Sabe-se que o 2º termo é igual a 5, o 4º termo é igual a 13 e o 6º termo é igual a 43.

A soma do 1º termo com o 5º termo é:

- (A) 20.
- (B) 22.
- (C) 24.
- (D) 26.
- (E) 28.

Noções de Análise de Dados e Inteligência Artificial

16

Um Analista da Procuradoria sabe que a segurança da informação agrega benefícios para o seu setor e pode ser definida como uma série de boas práticas focadas especialmente em garantir a proteção dos dados da Prefeitura, a mitigação dos riscos e a adequação às leis vigentes.

A esse respeito, relacione os pilares da segurança da informação listados a seguir às respectivas definições.

1. Confidencialidade.
2. Integridade.
3. Disponibilidade.
4. Autenticidade.

- () Foca no fornecimento da informação, com base no princípio de que ela estará disponível sob demanda, conforme um acordo prévio, ou seja, nem sempre precisa estar disponível 24x7, podendo estar disponível apenas em uma janela de tempo.
- () Visa assegurar que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade.
- () Relaciona-se diretamente ao sigilo dos dados, tendo como princípio básico que as informações serão tratadas apenas pelas pessoas autorizadas a acessá-las, geralmente definidas pela política de “necessidade de conhecer”.
- () Refere-se à veracidade da informação durante todo o seu ciclo de vida, garantindo que permaneçam imutáveis, tanto em repouso quanto durante a transmissão.

A relação correta, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 4 – 3 – 1 – 2.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3 – 4.
- (E) 3 – 4 – 1 – 2.

17

Os arquivos digitais são capazes de armazenar diversos tipos de informações e, em geral, possuem uma extensão que indica o formato de dados contidos.

As extensões de arquivos para imagens gráficas e para texto sem formatação são, respectivamente,

- (A) png e xls.
- (B) jpg e txt.
- (C) 7z e exe.
- (D) md e doc.
- (E) rar e docx.

18

Um analista utiliza o navegador *Google Chrome*, que permite remover *pop-ups*, anúncios indesejados e softwares maliciosos.

Considerando a necessidade de alterar as permissões de anúncios predefinidos, analise as afirmativas a seguir.

- I. No computador, abra o Chrome e, na parte superior direita, clique no ícone “Mais” (representado por três pontos verticais), em seguida, selecione “Definições” e, depois, “Privacidade e segurança”.
- II. Clique em “Definições de sites”, em seguida, “definições de conteúdo adicionais” e, depois, “anúncios intrusivos”.
- III. Selecione a opção desejada como predefinição e pressione o botão “Fechar o navegador”; ele será automaticamente reaberto com todas as abas anteriores restauradas, exceto as bloqueadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

19

O Google Planilhas oferece amplo conjunto de funções que podem ser utilizadas em fórmulas personalizadas desenvolvidas pelo usuário para processar dados e resolver situações que envolvam análise de dados.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, apenas funções da categoria “Consulta” e apenas funções da categoria “Estatística”, respectivamente.

- (A) ISEMAIL(valor) e TYPE(valor)
- (B) COL(referencia_da_celula) e DESVPAD.A(value1; [value2; ...])
- (C) LAMBDA(name, formula_expression) e TETO.PRECISO(numero; [significancia])
- (D) EXPONDIST(x, LAMBDA, cumulative) e SORT(intervalo; coluna_a_classificar; crescente; coluna_a_classificar2; crescente2)
- (E) DIST.BIN.NEG.N(numero_de_falhas; numero_de_sucessos; probabilidade_de_sucesso) e TESTET(intervalo1; intervalo2; caudas; tipo)

20

Os sistemas de aprendizado de máquina se enquadram em uma ou mais categorias de acordo com a forma como seus modelos aprendem a fazer previsões ou gerar conteúdo.

Modelos, que precisam inferir suas próprias regras e fazem previsões com base em dados que não contêm respostas corretas, e cujo objetivo é identificar padrões significativos nos dados, são conhecidos como:

- (A) modelos de linguagem de grande escala.
- (B) aprendizado não supervisionado.
- (C) aprendizado supervisionado.
- (D) aprendizado por reforço.
- (E) modelos generativos.

Noções de Administração Pública

21

A participação social é amplamente reconhecida como fator que contribui para a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas públicas. Processos participativos tendem a aumentar a qualidade das decisões ao incorporar múltiplas perspectivas, informações e recursos dos diversos atores envolvidos, além de fortalecer o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Com base nessa perspectiva, é correto afirmar que:

- (A) a escassez de tempo em contextos decisórios favorece a adoção de modelos participativos, uma vez que esses agilizam a formulação de políticas públicas.
- (B) embora traga benefícios democráticos e cognitivos, a participação impõe desafios operacionais significativos, como altos custos de coordenação e resolução de conflitos.
- (C) a participação tende a reduzir a complexidade dos processos decisórios ao suprimir a necessidade de articulação entre diferentes atores sociais e institucionais.
- (D) a presença de múltiplos esquemas cognitivos, decorrente da diversidade de participantes, tende a comprometer a eficácia das políticas, ao gerar maior conflito e dispersão decisória.
- (E) quanto maior o número de atores participando do processo, maior a garantia de legitimidade e de eficácia, independentemente do tempo e dos recursos disponíveis para sua implementação.

22

A partir dos anos 1980, em meio às crises fiscais do Estado de bem-estar social e ao avanço das doutrinas neoliberais nos EUA e na Inglaterra, emergiu a Nova Gestão Pública (*New Public Management – NPM*), fundamentada em princípios econômicos neoclássicos e na teoria da escolha pública. Defendendo eficiência, *accountability* e redução do papel do Estado, a NPM influenciou reformas administrativas em diversos países e inspirou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, no Brasil, que incorporou práticas como contratos de gestão, descentralização e parcerias público-privadas. Mais recentemente, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, em parceria com a Enap, tem buscado novas referências teóricas para além da NPM, explorando o debate sobre o Ethos Público e o modelo Neoweberiano de Estado, em construção, voltados à modernização da gestão e ao fortalecimento do papel social do Estado.

Nesse contexto, avalie se as afirmativas a seguir sobre os modelos de gestão pública estão corretas.

- I. A NPM promoveu a transferência de práticas típicas do setor privado para a administração pública, com destaque para a competição, a orientação para resultados e a ênfase na eficiência.
- II. Entre as principais críticas à NPM está a concepção de um Estado reduzido em suas funções sociais, incapaz de responder de forma plena às demandas da coletividade, fenômeno associado ao “Estado Oco”.
- III. O modelo da NPM, contribuiu para consolidar ferramentas gerenciais relevantes, como monitoramento e avaliação, mecanismos de controle e foco na qualidade dos serviços públicos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

23

A literatura recente em Administração Pública destaca a relação entre governança, *accountability* e transparência. A *accountability* pode estar diretamente vinculada à boa governança, pois exige do agente público a prestação de contas em três fases: informação, debate e consequências. Nesse processo, a transparência emerge como dimensão essencial, pois fortalece a confiança das partes interessadas e mitiga a corrupção no uso de recursos públicos. Estudos empíricos demonstram que a exposição dos cidadãos a ferramentas de transparência digital está positivamente associada à percepção de confiabilidade no governo, embora essa relação possa se inverter quando o uso se torna excessivo.

Nesse contexto, avalie se a correlação entre governança e *accountability* está correta.

- I. A transparência é uma dimensão da *accountability* que contribui para a confiança na governança, pois permite maior controle social sobre os atos da Administração Pública.
- II. A *accountability*, entendida como obrigação de prestar contas, pressupõe não apenas informar, mas também abrir espaço para debate e sujeitar-se a consequências, consolidando-se como pilar da boa governança.
- III. O uso intensivo de ferramentas de transparência digital fortalece linearmente a confiança dos cidadãos no governo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24

O Plano Plurianual (PPA), previsto no art. 165 da Constituição Federal de 1988, é o principal instrumento de médio prazo do ciclo de planejamento governamental. Nas orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PPA é estruturado em dimensões complementares que visam garantir caminhos exequíveis para as transformações da realidade anunciadas nas diretrizes estratégicas.

O elemento do PPA que retrata as agendas de governo, organizadas por recortes selecionados de políticas públicas, que orientam a ação governamental, é o:

- (A) Eixo Estratégico.
- (B) Programa Temático.
- (C) Programa Finalístico.
- (D) Indicador-Chave Nacional.
- (E) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

25

Na avaliação de políticas públicas, critérios como eficácia, efetividade e eficiência são operacionalizados por meio de indicadores. Esses indicadores funcionam como representações mensuráveis (*proxies*) de insumos, produtos ou resultados das ações governamentais.

Considerando as qualidades desejáveis para indicadores em processos de avaliação de políticas públicas, é correto afirmar que:

- (A) a acessibilidade diz respeito à transparência e à facilidade de obtenção dos dados que compõem o indicador.
- (B) a validade de um indicador está relacionada à facilidade de compreensão por parte dos usuários do sistema.
- (C) a confiabilidade de um indicador depende exclusivamente de sua origem em bases de dados governamentais.
- (D) a estabilidade se refere à rigidez metodológica do indicador, mesmo que isso comprometa sua atualização periódica.
- (E) a simplicidade refere-se à representação precisa do fenômeno, ainda que demande conhecimentos técnicos para sua interpretação.

Legislação Municipal e Ética do Servidor

26

Em razão de grave doença e após consultar a legislação de regência, Caio, servidor público civil do Município do Rio de Janeiro, ingressou com pedido de licença para tratamento de saúde, tomando ciência da necessidade de perpassar por inspeção médica.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Municipal nº 94/1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro), analise as afirmativas a seguir.

- I. Incumbe à chefia imediata promover a apresentação do servidor público à inspeção médica, sempre que esse a solicitá-la.
- II. Caso o servidor público esteja ausente do Município do Rio de Janeiro, e absolutamente impossibilitado de locomover-se, por motivo de saúde, poderá ser admitido laudo de médico particular, desde que o prazo da licença proposta não ultrapasse sessenta dias.
- III. O servidor público não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, por proposta da junta médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

27

Nos termos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, os órgãos integrantes da administração direta são de direção e assessoramento superior, direção e assessoramento intermediário e execução.

Avalie as afirmativas a seguir, considerando as disposições da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

- I. São órgãos de direção superior, providos de respectivo assessoramento, as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria-Geral e a Diretoria Geral de Administração da Câmara Municipal e a Secretaria do Tribunal de Contas.
- II. São órgãos de direção intermediária, providos de respectivo assessoramento, as autarquias e fundações.
- III. São órgãos de execução aqueles incumbidos da realização dos programas e projetos determinados pelos órgãos de direção.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Durante os mais de vinte anos em que atuou como servidor público civil do Município do Rio de Janeiro, Matheus se afastou, dentre outros motivos, para os seguintes objetivos:

- i) atuar como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital;
- ii) exercer cargo em comissão na administração indireta, em âmbito federal; e
- iii) estudar no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Municipal nº 94/1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro), será considerado de efetivo exercício o(s) afastamento(s) de Matheus em virtude de:

- (A) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital, para exercer cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses.
- (B) exercício em cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.
- (C) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital e para estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.
- (D) atuação como jurado, no Tribunal do Júri da Comarca da Capital e para exercer cargo em comissão na administração indireta em âmbito federal, apenas.
- (E) estudo no exterior, com autorização da administração, por um período de vinte e quatro meses, apenas.

29

No dia 28 de fevereiro de 2025, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, agente público municipal. Registre-se que, no dia 03 de março de 2025, o juízo competente recebeu a petição inicial, adotando as providências processuais cabíveis. Em seguida, após a observância do contraditório e da ampla defesa, João foi condenado, em sentença publicada em 25 de junho de 2025, por ter incorrido na prática de ato doloso de improbidade administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o prazo prescricional se interrompeu, em 2025, no(s) dia(s):

- (A) 28 de fevereiro, 03 de março e 25 de junho.
- (B) 28 de fevereiro e 25 de junho, apenas.
- (C) 03 de março e 25 de junho, apenas.
- (D) 28 de fevereiro, apenas.
- (E) 25 de junho, apenas.

30

Nos termos da legislação de regência, o acesso à informação compreende, entre outros direitos, o de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- () A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por parte dos órgãos e entidades públicas ocorrerá, obrigatoriamente, em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) e em jornais locais de grande circulação, sem prejuízo do emprego de outras formas de divulgação.
- () O acesso a informações públicas será assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

As afirmativas são, na ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

Conhecimentos Específicos

Gestão Pública

31

Com relação à administração direta e indireta, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () A administração pública indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria como autarquias, fundações públicas, tribunais de contas, câmaras municipais e assembleias legislativas.
- () A administração pública indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como autarquias e fundações públicas de direito público que são criadas ou autorizadas por lei específica.
- () Sociedades de economia mista na administração indireta podem explorar atividade econômica sem submissão a controle da administração direta, priorizando regime de direito privado completo para flexibilidade operacional, dispensando fiscalização de finalidade pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

32

Considere o seguinte cenário hipotético.

Em uma secretaria municipal responsável por serviços de saneamento: a entidade elabora um planejamento estratégico baseado em análise SWOT, identificando forças internas, como expertise técnica, e ameaças externas, como mudanças climáticas, mas adota um modelo de gestão inspirado na governança colaborativa sem integrar metas táticas ao ciclo orçamentário, resultando em desconexão entre visão institucional e execução operacional, com baixa adesão de stakeholders externos.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre planejamento estratégico no setor público e governança/modelos de gestão pública.

- I. O planejamento estratégico deve priorizar a análise externa de cenários (oportunidades e ameaças), relegando a integração à governança colaborativa, uma vez que modelos burocráticos tradicionais garantem eficiência operacional sem depender da participação de *stakeholders* para prever tendências.
- II. A matriz SWOT no diagnóstico estratégico equilibra análise interna (forças e fraquezas) com externa (oportunidades e ameaças), permitindo previsão de tendências e alinhamento entre missão, visão e valores institucionais, mas exige integração ao ciclo orçamentário na gestão pública.
- III. A governança colaborativa como modelo de gestão pública promove participação de *stakeholders* e adaptação dinâmica, complementando o planejamento estratégico com níveis tático e operacional, para mitigar desconexões e fomentar equidade, diferentemente de modelos burocráticos que enfatizam hierarquia rígida.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

33

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a opção que descreve corretamente a *transparência ativa* na Administração Pública.

- (A) Consiste na divulgação proativa de informações de interesse coletivo em sites oficiais, incluindo dados financeiros e contratações, sem necessidade de pedido formal, para promover *accountability* e controle social.
- (B) Oferece resposta apenas a pedidos de cidadãos, limitando-se a documentos solicitados, sem obrigação de publicar dados de forma preventiva para evitar sobrecarga administrativa.
- (C) Promove a restrição de acesso a informações sobre transferências de recursos financeiros, priorizando sigilo sobre publicidade para proteger operações financeiras sem análise de interesse público.
- (D) Gera a publicação exclusiva de atos normativos em diários oficiais, dispensando divulgação de relatórios orçamentários ou contratações para focar em eficiência interna.
- (E) Representa a exigência de pagamento de taxas para acesso a qualquer informação, independentemente de reprodução, para financiar a manutenção de arquivos públicos.

34

Relacione os conceitos de atos administrativos a seguir com suas respectivas definições ou características principais.

- () Anulação
 - () Revogação
 - () Convalidação
 - () Presunção de legitimidade
1. Atributo do ato administrativo que assume sua validade até prova em contrário, permitindo execução imediata sem contestação inicial.
 2. Extinção do ato por motivo de vício de legalidade, com efeitos retroativos (*ex tunc*) à data de sua edição.
 3. Extinção do ato válido por motivo de conveniência ou oportunidade da administração, com efeitos não retroativos (*ex nunc*).
 4. Sanação de vício sanável no ato, tornando-o válido retroativamente desde sua origem, quando não lesar interesse público ou terceiros.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 2 – 3 – 4 – 1.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 1 – 2 – 3 – 4.
- (D) 4 – 1 – 2 – 3.
- (E) 3 – 4 – 2 – 1.

35

Com relação às ferramentas de gestão de processos (BPM), *workflow* e gerenciamento eletrônico de documentos (GED), considere o seguinte cenário.

Uma secretaria municipal implanta um sistema BPM para otimizar o fluxo de aprovações de projetos urbanos, integrando workflow automatizado para o roteamento de tarefas e GED para o armazenamento de documentos digitais. Contudo, enfrenta problemas de duplicidade de arquivos e lentidão no monitoramento de gargalos, em razão da ausência de métricas de desempenho definidas no mapeamento inicial.

A respeito desse contexto, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- () O BPM, como abordagem integrada, permite modelar e otimizar processos por meio de mapeamento inicial de atividades, identificação de gargalos e automação via *workflow*, garantindo eficiência ao incorporar métricas de desempenho para monitoramento contínuo.
- () O *workflow*, ao definir sequências de tarefas e regras de roteamento, pode operar de forma isolada sem integração ao GED, dispensando o armazenamento digital de documentos para agilizar aprovações, mesmo que isso gere duplicidades ou perda de rastreabilidade.
- () O GED, ao gerenciar documentos eletrônicos com controle de versões e recuperação rápida, complementa o BPM e *workflow* ao reduzir duplicidades e melhorar a rastreabilidade, permitindo análise de gargalos quando integrado a métricas de processo para otimização global.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

36

Leia a hipótese a seguir.

Um hospital municipal implementa a norma para otimizar o atendimento a pacientes, focando em ciclos de melhoria para reduzir tempo de espera, mas enfrenta resistências devido à falta de envolvimento da liderança na definição de indicadores de desempenho, resultando em auditorias internas que revelam inconformidades recorrentes na análise de riscos processuais.

Considerando esse cenário, relacione os conceitos de sistemas de gestão da qualidade e certificação ISO 9001 com suas respectivas definições ou características principais.

1. PDCA
 2. Abordagem por processos
 3. Certificação ISO 9001
 4. Melhoria contínua
- () Processo sistemático que envolve planejamento, execução, verificação e ação corretiva para otimizar ciclos operacionais, permitindo ajustes baseados em dados para reduzir ineficiências, como tempo de espera em serviços públicos.
 - () Método que identifica, gerencia e controla interações entre atividades interdependentes, enfatizando análise de riscos e oportunidades para garantir conformidade e satisfação do usuário final.
 - () Validação externa por organismo acreditado que atesta conformidade com a norma, exigindo auditorias periódicas para manutenção, promovendo credibilidade institucional em contextos públicos.
 - () Princípio que promove ações proativas e reativas para aprimorar o sistema, baseado em análise de não conformidades e *feedback*, evitando repetição de erros em processos contínuos.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 4 – 1 – 3 – 2.
- (B) 1 – 3 – 2 – 4.
- (C) 2 – 1 – 4 – 3.
- (D) 1 – 2 – 3 – 4.
- (E) 3 – 4 – 2 – 1.

37

Considere o seguinte cenário hipotético.

Uma Secretaria Municipal de Saúde implanta gestão de processos para otimizar o fluxo de atendimento em postos de vacinação. A equipe mapeia o processo com fluxogramas para identificar etapas de registro e aplicação de vacinas, analisa gargalos como fila excessiva no cadastro devido a sistemas legados, e aplica melhoria com automação digital, mas enfrenta resistência por falta de treinamento, resultando em redução parcial do tempo de espera sem eliminar erros recorrentes em dados de pacientes.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre noções de gestão de processos, incluindo técnicas de mapeamento, análise e melhoria.

- I. O mapeamento de processos deve se limitar a fluxogramas básicos para representação visual, dispensando integração com análise de valor agregado, pois a melhoria pode ser aplicada diretamente após identificação superficial de etapas, evitando complexidade em ambientes públicos dinâmicos.
- II. A análise de processos identifica gargalos por meio de métricas como tempo de ciclo e taxa de erros, permitindo priorizar etapas não agregadoras de valor, e deve ser integrada ao mapeamento para fundamentar melhorias, promovendo eficiência sem comprometer qualidade em serviços essenciais.
- III. A melhoria de processos, utilizando ciclos como PDCA, exige envolvimento da equipe com treinamento para busca de eficiência e qualidade, permitindo correção contínua de erros e redução de tempos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

38

Relacione os conceitos de Administração Pública listados a seguir, com suas respectivas características principais.

1. Princípio de eficiência
 2. Controle externo
 3. Administração indireta
- () Instrumento exercido pelo Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas.
- () Entidades descentralizadas como autarquias e empresas públicas, com personalidade jurídica própria.
- () Exigência de resultados ótimos com recursos mínimos, introduzido pela EC 19/1998, aplicável à administração direta e indireta.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 1.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 1 – 2 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 3 – 2 – 1.

39

Considerando a relação do Plano Plurianual (PPA) com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- (A) A LDO orienta apenas a LOA anual, dispensando alinhamento ao PPA para flexibilizar prioridades fiscais em cenários de crise econômica.
- (B) A LOA detalha receitas e despesas anuais compatíveis com o PPA e a LDO, incluindo reservas de contingência para equilíbrio fiscal.
- (C) O PPA é revogado pela LDO em casos de alteração de metas, priorizando diretrizes anuais sobre planejamento de longo prazo para adaptabilidade.
- (D) A LDO fixa metas fiscais sem referência ao PPA, permitindo uma LOA independente para agilizar execução orçamentária sem vinculação plurianual.
- (E) O PPA se limita a despesas correntes, excluindo investimentos de capital, para focar em sustentabilidade fiscal imediata sem projeções futuras.

40

Considere o seguinte cenário hipotético em uma secretaria estadual de obras.

Um gestor contrata uma empresa para reparo de vias públicas sem licitação, alegando urgência devido a chuvas intensas, mas sem divulgação dos motivos, resultando em questionamentos no Tribunal de Contas por possível favoritismo e falta de transparência.

Com base nesse cenário, analise as afirmativas a seguir sobre a Administração Pública.

- I. O princípio de legalidade exige que a administração atue estritamente conforme a lei, permitindo dispensa de licitação em casos de urgência, desde que o ato de dispensa seja, entre outros requisitos, motivado e publicizado, diferentemente do particular que pode fazer o que a lei não proíbe.
- II. O controle interno deve ser preventivo e concomitante, apoiando o controle externo em sua missão de fiscalizar apenas posteriormente.
- III. O princípio da publicidade é absoluto, proibindo qualquer sigilo em atos como dispensas de licitação, pois a transparência plena é essencial para o exercício do controle social.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

Administração Geral e Planejamento Estratégico

41

Em um curso de formação, os candidatos discutiram o orçamento público da União, que compreende diferentes peças orçamentárias. Uma delas foi definida como aquela que contempla todas as receitas e despesas relativas à arrecadação de tributos, repasses e execução de políticas públicas pelos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo fundações públicas.

Com base na Constituição Federal de 1988 e nos fundamentos da Lei Orçamentária Anual (LOA), o tipo de orçamento descrito no enunciado corresponde ao orçamento

- (A) fiscal.
- (B) impositivo.
- (C) participativo.
- (D) da seguridade social.
- (E) de investimentos das estatais.

42

O contrato psicológico nas organizações refere-se às expectativas não formalizadas entre empregador e empregado. Sua quebra pode comprometer o desempenho e gerar comportamentos disfuncionais.

Considerando as relações entre indivíduo e organização, é correto afirmar que o contrato psicológico

- (A) pode ser afetado por fatores como segurança no emprego e reconhecimento.
- (B) concentra-se nas obrigações legais previstas na legislação trabalhista vigente.
- (C) é composto por cláusulas legais previstas no contrato de trabalho formal.
- (D) permanece inalterado, mesmo diante de reestruturações organizacionais como o downsizing.
- (E) representa os pactos formais estabelecidos em convenções coletivas entre entidades sindicais e empregadores.

43

A respeito dos conflitos, assinale a afirmativa correta sobre comportamento organizacional.

- (A) A ausência de conflitos faculta um ambiente de alta performance e engajamento contínuo.
- (B) Tanto a escassez quanto o excesso de conflitos podem comprometer o desempenho organizacional.
- (C) Gestores de organizações com fins lucrativos percebem o conflito como essencial para a qualidade das decisões.
- (D) O excesso de conflitos favorece o crescimento organizacional, ainda que afete negativamente o seu desempenho.
- (E) O conflito é sempre prejudicial às organizações e deve ser eliminado por meio de controle rígido das interações sociais.

44

No estudo do comportamento organizacional, clima e cultura são dois conceitos distintos, embora relacionados. Enquanto o clima organizacional reflete percepções atuais dos colaboradores sobre o ambiente de trabalho, a cultura organizacional remete a valores e práticas consolidados ao longo do tempo. Esses dois elementos influenciam diretamente o comportamento dos indivíduos nas organizações.

Com base nessas definições, é correto afirmar que:

- (A) a cultura organizacional pode ser rapidamente modificada por ações gerenciais de curto prazo.
- (B) o clima organizacional refere-se ao conjunto de pressupostos psicossociais como crenças, normas recompensas, sendo atributo essencial à organização.
- (C) o clima organizacional representa os valores históricos e as tradições que moldam as decisões estratégicas da organização.
- (D) a cultura organizacional é mais estável e difícil de ser alterada no curto prazo, pois está enraizada na trajetória da organização.
- (E) tanto o clima quanto a cultura organizacional são formados majoritariamente pelas percepções individuais dos empregados em relação à liderança.

45

A gestão por competências é uma abordagem amplamente utilizada para alinhar o desenvolvimento de pessoas às necessidades organizacionais. Competências como o uso eficaz do tempo, a capacidade de lidar com conflitos e o desenvolvimento contínuo são valorizadas em ambientes que exigem proatividade, adaptabilidade e cooperação.

Considerando os princípios da gestão por competências, é correto afirmar que:

- (A) a competência de administrar o tempo está associada à busca ativa de *feedback* e à iniciativa de se atualizar continuamente.
- (B) a competência de administrar conflitos refere-se à habilidade de priorizar tarefas, organizar agendas e gerenciar recursos disponíveis.
- (C) administrar conflitos exige neutralidade e escuta passiva frente às divergências, evitando o envolvimento direto na resolução.
- (D) administrar o tempo implica em evitar atrasos e cumprir prazos, prescindindo do planejamento estratégico das atividades.
- (E) o autodesenvolvimento está relacionado à capacidade de agir com autonomia, de buscar aprendizado contínuo e de refletir sobre o próprio desempenho.

46

No planejamento estratégico, missão, visão e valores compõem a identidade organizacional. Os valores, quando incorporados de forma genuína, orientam decisões, fortalecem a cultura institucional e influenciam as políticas da organização - inclusive no setor público, em que a credibilidade e o alinhamento ético são essenciais para a legitimidade institucional.

Considerando os fundamentos do planejamento estratégico e o papel dos valores institucionais, é correto afirmar que:

- (A) a visão institucional deve prevalecer sobre os valores organizacionais, especialmente em contextos de crise ética ou moral.
- (B) no setor público, a adoção de valores organizacionais é prescindível, dado que a administração é regida por normas legais e regulamentos.
- (C) valores verdadeiramente incorporados à cultura institucional influenciam diretamente as decisões estratégicas e as macropolíticas da organização.
- (D) a principal função dos valores é compor *slogans* institucionais e campanhas publicitárias, sem interferência nas políticas organizacionais de maior impacto.
- (E) os valores organizacionais são conceitos abstratos com aplicação prática restrita aos processos decisórios das organizações públicas ou privadas.

47

O diagnóstico estratégico é uma ferramenta essencial no planejamento organizacional, pois permite identificar fatores internos e externos que afetam o desempenho institucional.

Com base na análise interna e externa do ambiente organizacional, é correto afirmar que:

- (A) ameaças são fatores internos que, se não corrigidos, comprometem o alcance dos objetivos organizacionais.
- (B) oportunidades representam fatores internos que aumentam a eficiência operacional e melhoram o clima organizacional.
- (C) forças e fraquezas são aspectos internos e controláveis, enquanto oportunidades e ameaças são fatores externos e não controláveis.
- (D) a análise interna deve prevalecer sobre a externa, pois os fatores internos definem integralmente o sucesso da organização.
- (E) pontos fortes e fracos são variáveis externas que a organização não pode controlar, mas que afetam sua capacidade de competir no mercado.

48

A cadeia de valor institucional é uma ferramenta de análise estratégica que permite compreender como as diferentes atividades da organização contribuem para a geração de valor.

Considerando a cadeia de valor e sua relevância para a formulação da estratégia organizacional, é correto afirmar que:

- (A) a análise da cadeia de valor é voltada para organizações privadas e não se aplica ao contexto da Administração Pública.
- (B) atividades primárias, como infraestrutura tecnológica e planejamento financeiro, compõem o núcleo da geração de valor na cadeia institucional.
- (C) a cadeia de valor ocupa-se de atividades operacionais, não abrangendo áreas como infraestrutura de tecnologia de informação e de comunicação.
- (D) atividades secundárias contribuem indiretamente para a criação de valor e, por isso, são consideradas periféricas no alinhamento estratégico institucional.
- (E) o alinhamento estratégico ocorre quando as atividades primárias e secundárias se articulam para gerar valor de forma coordenada e orientada aos objetivos institucionais.

49

A implementação da estratégia requer o desdobramento de metas em ações concretas, o que é feito por meio de programas, projetos e planos de ação.

Com base nos conceitos relacionados à implementação da estratégia, é correto afirmar que:

- (A) um projeto é um esforço contínuo e rotineiro, que não possui prazo definido nem resultado final previamente estabelecido.
- (B) a administração de projetos visa à alocação eficaz de recursos para alcançar resultados estratégicos delimitados no tempo e no escopo.
- (C) as atividades são estruturas maiores que os projetos e correspondem ao agrupamento de programas voltados a objetivos distintos.
- (D) um programa reúne projetos diversos sob uma mesma gestão, ainda que sem objetivos estratégicos necessariamente convergentes.
- (E) o plano de ação é formado por atividades específicas, isoladas e desvinculadas de qualquer projeto, servindo apenas como instrumento de controle operacional.

50

Em uma organização pública de grande porte, foi implementado um sistema de gestão baseado em tecnologia da informação, permitindo que diferentes unidades tomem decisões de forma ágil e integrada, mesmo estando fisicamente distantes. Essa transformação reduziu a dependência da hierarquia tradicional e ampliou o acesso à informação em tempo real.

Considerando as tendências organizacionais contemporâneas, a mudança descrita no enunciado exemplifica:

- (A) a infoestrutura.
- (B) o *core business*.
- (C) a economia do conhecimento.
- (D) o *staff* como consultor e não como executor.
- (E) o abrandamento dos controles externos às pessoas.

51

A teoria das organizações abrange diferentes escolas e abordagens que refletem as transformações nas formas de compreender e gerir instituições. Após as críticas à rigidez da Administração Científica e da Teoria Clássica, a Teoria Neoclássica surgiu como uma proposta de renovação.

Considerando a Teoria Neoclássica e sua posição no campo das teorias organizacionais, assinale a afirmativa que descreve corretamente um de seus fundamentos.

- (A) Apesar de valorizar os fins organizacionais, os neoclássicos reduziram a importância dos meios, considerados obstáculos à eficácia.
- (B) A principal contribuição teórica dos neoclássicos foi substituir os princípios clássicos e a adotar modelos comportamentais centrados na motivação dos indivíduos.
- (C) A ênfase nos objetivos levou os neoclássicos a desenvolver estruturas organizacionais altamente formalizadas, sem abertura a outras abordagens.
- (D) Ao enfatizar a eficácia e os objetivos organizacionais, a perspectiva neoclássica passou a privilegiar resultados concretos, sem descartar a operacionalização de conceitos teóricos.
- (E) A Teoria Neoclássica caracteriza-se por um ecletismo epistemológico, que resultou na recusa dos pressupostos da Administração Científica, buscando romper com as premissas da abordagem clássicas.

52

Em uma organização pública, foi conduzido um ciclo completo de planejamento estratégico, com a definição de metas, indicadores e projetos. Após um ano de execução, observou-se que várias metas não foram atingidas, ainda que os projetos tenham sido implementados conforme o previsto. Diante desse cenário, a equipe responsável optou por revisar indicadores, reavaliar a alocação de recursos e reformular os objetivos de médio prazo, considerando as lições aprendidas durante o processo.

À luz dos princípios da avaliação e do controle estratégico, essa iniciativa reflete:

- (A) uma limitação estrutural da fase diagnóstica, que compromete a credibilidade do plano estratégico e inviabiliza o alcance de metas futuras.
- (B) o uso tático da avaliação de desempenho, que deve ocorrer ao final do ciclo estratégico, sem interferir na estabilidade dos objetivos organizacionais.
- (C) a inadequação dos indicadores inicialmente definidos, o que impede a adoção de ações corretivas até que um novo planejamento seja inteiramente formulado.
- (D) uma fragilidade da governança estratégica, pois mudanças em objetivos e metas, após a execução dos projetos, demonstram falta de alinhamento organizacional.
- (E) o uso do controle como ferramenta de retroalimentação do planejamento, permitindo ajustes estratégicos fundamentados em evidências e no desempenho institucional.

Administração Financeira e Orçamentária

53

A Regra de Ouro do Orçamento Público é um princípio constitucional previsto no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal de 1988 que visa ao controle do endividamento público. Na prática, busca impedir que o governo contraia dívida para cobrir despesas correntes, como pagamento de pessoal, custeio administrativo ou previdência.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) são vedadas a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam a despesa de capital, sem ressalvas.
- (B) as operações de crédito podem exceder as despesas de capital, desde que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, e aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- (C) desde que em montante igual ou inferior, é possível transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra.
- (D) em até 5% do orçamento aprovado, é possível a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa.
- (E) a Regra de Ouro não interfere nas operações de crédito externas realizadas com bancos internacionais.

54

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apura os indicadores de poupança corrente dos municípios a partir da despesa pública empenhada. Por outro lado, a União divulga indicadores de resultado primário considerando a despesa pública paga.

Desse modo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores fiscais da União tendem a subestimar eventuais déficits nas contas públicas.
- (B) os indicadores fiscais da União tendem a superestimar eventuais déficits nas contas públicas.
- (C) a poupança efetiva municipal no exercício será menor ou igual à aferida, de acordo com a metodologia proposta pela STN.
- (D) as metodologias utilizadas pela União e pela STN para os municípios são iguais em termos de estimativa de capacidade de pagamento.
- (E) a metodologia da STN gera o mesmo resultado da apuração de resultado primário realizada para a União, muito embora possa divergir em termos da poupança corrente.

55

A Prefeitura do Rio de Janeiro divulgou que as guias físicas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) começaram a ser enviadas a partir de 13 de janeiro de 2025, em formato de carta pelos Correios, enquanto as guias digitais (online) foram disponibilizadas em 21 de janeiro de 2025, no site e no aplicativo Carioca Digital. Para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a Lei Orçamentária Anual 2025 apontou um valor de R\$ 2,2 bilhões.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) o IPTU deve ser recolhido até 21 de janeiro de 2025, enquanto o ISSQN arrecadado em 2025 será de R\$ 2,2 bilhões.
- (B) o IPTU deve ser lançado até 21 de janeiro de 2025, enquanto o ISSQN previsto para 2025 é de R\$ 2,2 bilhões.
- (C) o IPTU deve ser arrecadado até 21 de janeiro de 2025, enquanto o ISSQN previsto para 2025 é de R\$ 2,2 bilhões.
- (D) o IPTU deve ser lançado até 21 de janeiro de 2025, enquanto o ISSQN recolhido em 2024 será de R\$ 2,2 bilhões.
- (E) como IPTU e ISSQN são impostos de natureza distintas, considera-se o recolhimento do ISS a partir da previsão e do IPTU, a partir do lançamento.

56

A Lei Complementar Municipal nº 235/2021 normatiza o que se denominou de “Novo Regime Fiscal do Município do Rio de Janeiro”.

De acordo com esse dispositivo, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento liberado para empenho, no exercício financeiro vigente, é denominado “Poder de Gasto”, sendo responsabilidade dos ordenadores de despesa compatibilizar imediatamente suas despesas para se adequar ao limite desse Poder de Gasto, que é definido em ato do Poder Executivo.
- II. Para adequação ao Poder de Gasto estabelecido, os ordenadores de despesa deverão promover a rescisão ou a redução parcial dos contratos, fato que pode implicar na descontinuidade da prestação do serviço público à população.
- III. Apenas as despesas com as funções educação e saúde devem ser preservadas e livres de descontinuidade na prestação do serviço, em caso de previsão de despesa além do Poder de Gasto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

O Novo Regime Fiscal do Município do Rio de Janeiro possui um normativo coerente com a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional para avaliação da capacidade de pagamento dos entes subnacionais. Na seção II, são apresentados indicadores fiscais calculados pelo Município, a partir das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, em atendimento à transparência da gestão fiscal determinada pela Lei Complementar federal nº 101/2000.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) para obter Nota B, o município pode ter Obrigações Financeiras acima da Disponibilidade de Caixa.
- (B) o indicador de liquidez é determinado a partir de uma média simples entre os resultados obtidos nos três últimos exercícios.
- (C) para obter Nota B, o município pode ter um estoque de Dívida Consolidada acima da Receita Corrente Líquida.
- (D) se o município obteve um excesso de gasto da ordem de 5% em um exercício, basta poupar o mesmo percentual (5%) no exercício seguinte para equilibrar o indicador de poupança.
- (E) a norma do Novo Regime Fiscal do Município do Rio de Janeiro estabelece três indicadores: um indicador de endividamento, um de poupança e um de liquidez do setor público municipal, cuja referência comum a todos é o desempenho dos últimos três exercícios, determinando a Nota do município.

58

Considerando a evolução do Orçamento Público no Brasil, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O *orçamento tradicional* privilegia um programa de trabalho e um conjunto de objetivos a alcançar, já seu processo orçamentário é associado às atividades de planejamento e programação.
- II. O *orçamento-programa* destaca as metas, os objetivos e as intenções do governo, consolidando um grupo de programas que o governo se propõe a realizar durante um período.
- III. O *orçamento base zero* representa um método alternativo ao modelo incremental do orçamento. Nesse modelo, exige-se a justificativa dos gastos orçamentários, e não apenas as variações em relação ao orçamento do ano anterior.
- IV. O objetivo do *orçamento participativo* é concretizar de forma mais direta e cotidiana o contato entre os cidadãos e a Administração Pública, tornando o cidadão um protagonista da gestão pública.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

59

De acordo com as normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária, avalie as assertivas a seguir.

- I. É de competência exclusiva do controle externo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.
- II. Compete ao controle interno assinar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- III. É competência do controle externo julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- IV. O sistema de controle interno inclui, dentre suas finalidades, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

60

Entre os princípios orçamentários, há um que foca em evitar o financiamento de despesas correntes por meio de endividamento, fato que, por sua vez, traduz-se em uma regra que objetiva a sustentabilidade fiscal.

Com base nesse enunciado, marque a opção que relaciona corretamente o princípio orçamentário à regra fiscal sugerida.

- (A) Princípio do equilíbrio e a regra de ouro.
- (B) Princípio da anualidade e a regra do superávit primário.
- (C) Princípio da especificação e a regra do teto de gastos.
- (D) Princípio da não afetação e a regra da não vinculação de receita.
- (E) Princípio da universalidade e a regra do controle da dívida pública.

61

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu uma nova concepção de equilíbrio nas finanças públicas, voltada para as chamadas “contas primárias”. Esse equilíbrio se reflete no resultado primário, evidenciado no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Considere, a seguir, o exemplo de um ente público hipotético.

Acima da Linha	R\$??? milhões
Receitas Primárias	150
Despesas Primárias	250
Abaixo da Linha	R\$??? milhões
Receitas financeiras	200
Despesas financeiras	100
Saldo Final	0

Nota: Exemplo (Exceto RPPS)

A respeito do exemplo, avalie as afirmativas.

- I. Existe déficit de R\$ 100 milhões “Acima da Linha”, que deverá ser coberto por um superávit “Abaixo da Linha”.
- II. Pode-se afirmar que algumas despesas próprias relacionadas a investimentos serão custeadas com recursos próprios.
- III. Para se manter respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário e estável o endividamento, o pagamento de juros da dívida concorre com as despesas meritórias.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

62

Em relação aos instrumentos do Orçamento Público, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os três instrumentos são estabelecidos por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- (B) A elaboração e a organização dos três instrumentos se dão por Lei Complementar.
- (C) A LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- (D) O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas correntes.
- (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da Administração Pública e define metas fiscais em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

63

Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual (PPA), às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual serão apreciados pela Câmara e pelo Senado, cabendo a uma Comissão Mista de senadores e deputados examinar e eventualmente receber emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem.

São requisitos para possibilidade de aprovação das emendas ao projeto de lei do orçamento anual, **exceto**:

- (A) a compatibilidade com o PPA.
- (B) a compatibilidade com a LDO.
- (C) a indicação dos recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de qualquer despesa.
- (D) a impossibilidade de anulação de despesas com o serviço da dívida.
- (E) a impossibilidade de anulação de despesas de custeio com pessoal.

64

A Lei 4.320/64 “estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

Com base nesse dispositivo, considere as informações a seguir referidas a uma cidade hipotética.

- I. Em 2024, foi efetuado o empenho de R\$ 200 milhões para obras não finalizadas.
- II. Apenas R\$ 50 milhões do total empenhado foram liquidados em 2024.
- III. Há R\$ 70 milhões em compromissos reconhecidos, após o encerramento do exercício de 2024.

Com base no exposto, é correto afirmar que a referida cidade possui:

- (A) R\$ 270 milhões em Restos a Pagar Não-Processados.
- (B) R\$ 80 milhões em Restos a Pagar Não-Processados.
- (C) R\$ 70 milhões em Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs).
- (D) R\$ 150 milhões em Dívida Ativa.
- (E) R\$ 150 milhões em Restos a Pagar Processados.

Gestão de Pessoas

65

Durante uma apuração interna, foi constatado que um servidor público do Município do Rio de Janeiro, lotado em um órgão da administração direta, vinha patrocinando jogos proibidos por lei no ambiente de trabalho. A conduta foi considerada incompatível com a moralidade administrativa e contrária aos deveres funcionais previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro (Lei nº 94/1979).

Com base nesse contexto, é correto afirmar que a penalidade cabível ao servidor será

- (A) advertência.
- (B) repreensão.
- (C) suspensão.
- (D) exoneração.
- (E) demissão.

66

Considerando os processos básicos da Gestão de Pessoas, avalie as situações a seguir.

- 1. Saulo atua como *headhunter* em uma empresa de tecnologia, sendo responsável por identificar e recrutar talentos no mercado.
- 2. Amanda é responsável por promover ações voltadas à melhoria do clima organizacional, buscando criar condições psicológicas favoráveis ao bem-estar dos colaboradores.
- 3. Tatiana atua no abastecimento do sistema de informações gerenciais de sua organização, fornecendo dados que servem de suporte às decisões estratégicas dos gestores.

Com base nas informações apresentadas, associe corretamente cada situação ao respectivo processo de gestão de pessoas.

- a. Agregar pessoas
- b. Recompensar pessoas
- c. Desenvolver pessoas
- d. Aplicar pessoas
- e. Manter pessoas
- f. Monitorar pessoas

As situações 1, 2 e 3 associam-se, respectivamente, aos processos:

- (A) a – c – e.
- (B) a – e – f.
- (C) c – b – a.
- (D) d – a – c.
- (E) f – b – d.

67

Diógenes atua há vários anos no setor de *marketing* de uma empresa, onde se destacou na formulação de campanhas publicitárias e recebeu reconhecimento tanto da equipe quanto de seus superiores. Em razão dos resultados alcançados e do comprometimento demonstrado, foi recentemente promovido ao cargo de diretor de marketing, assumindo uma função de maior responsabilidade dentro da estrutura organizacional.

Considerando os conceitos relacionados aos tipos de recrutamento e movimentação, é correto afirmar que o caso descrito caracteriza um processo de recrutamento:

- (A) interno, com movimentação vertical.
- (B) interno, com movimentação horizontal.
- (C) externo, com movimentação funcional.
- (D) externo, com movimentação matricial.
- (E) misto, com movimentação diagonal.

68

Após promover uma bateria de treinamentos voltados à qualificação de seus servidores, um órgão federal passou a observar mudanças significativas no ambiente de trabalho. Entre os efeitos percebidos, destacaram-se a redução da rotatividade de pessoal, a diminuição do absenteísmo e uma melhora geral na Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Diante desse cenário, é correto afirmar que os resultados observados estão vinculados a um nível de

- (A) organização.
- (B) recursos humanos.
- (C) cargos.
- (D) investimento.
- (E) operações.

69

Considere que, durante uma análise de desempenho, foi avaliado um funcionário com formação acadêmica extensa, incluindo Doutorado na área de atuação. Observou-se que ele possui amplo domínio teórico e demonstra grande interesse e dedicação ao trabalho, esforçando-se para dar o seu melhor. No entanto, foram identificadas dificuldades na aplicação prática dos conceitos, indicando uma limitação no desempenho técnico das atividades.

Com base nessa avaliação e à luz do modelo de gestão de competências, é correto afirmar que o servidor apresenta, respectivamente, conforme a análise,

- (A) competências de conhecimento e habilidade, mas é carente em atitude.
- (B) competências de conhecimento e atitude, mas é carente em habilidade.
- (C) competências de habilidade e conhecimento, mas é carente em atitude.
- (D) competências de habilidade e atitude, mas é carente de conhecimento.
- (E) competências de atitude e conhecimento, mas é carente de habilidade.

70

Considere que, ao iniciar uma nova empresa, o fundador, preocupado com a manutenção de um ambiente equilibrado na organização, decida estruturar adequadamente a área de Recursos Humanos e convide um especialista para auxiliá-lo. Entre os primeiros temas abordados, o especialista destaca a importância de escolher um método adequado de avaliação de cargos, com o objetivo de garantir uma estrutura salarial justa e coerente com os ideais da empresa. Durante a reunião, ele apresenta diferentes métodos e suas principais características.

Considerando os diferentes métodos de avaliação de cargos apresentados pelo especialista durante a reunião, é correto afirmar que

- (A) o método de escalonamento simples consiste em ordenar os cargos em um rol, de forma crescente ou decrescente, com base em um critério específico.
- (B) o método de categorias predeterminadas estabelece critérios com pesos relativos e atribui notas a cada cargo com base nesses critérios escolhidos.
- (C) o método de comparação por fatores realiza cotejo proporcional entre retorno financeiro de um cargo e a média ponderada dos cargos conexos.
- (D) o método de avaliação por pontos consiste em agrupar os cargos em classes com descrições previamente definidas, comparando as responsabilidades reais com as pretendidas.
- (E) o método de avaliação binária baseia-se na coleta de informações sobre cargos em empresas concorrentes de diferentes portes, incorporando esses dados à estrutura interna por meio de espelhamento de cargos.

71

Considere que, durante uma reunião da equipe de Recursos Humanos de um órgão público, para discutir a adoção de uma nova metodologia de avaliação de desempenho, dois servidores discordem quanto ao modelo a ser implementado. Um deles defende a técnica da escolha forçada, enquanto o outro prefere o uso de escalas gráficas. Ambos utilizam argumentos técnicos em defesa de suas preferências.

Com base nisso, é correto afirmar que:

- (A) o servidor que defende a escolha forçada argumenta que essa técnica evita o efeito da generalização nas avaliações, ao passo que o defensor das escalas gráficas destaca a facilidade de comparação entre diversos funcionários.
- (B) o servidor favorável à escolha forçada justifica que o método permite a participação ativa do avaliado, enquanto o entusiasta das escalas gráficas argumenta que o método proporciona fácil retroação de dados ao avaliado.
- (C) o servidor apoiador da escolha forçada explica que o método garante simplicidade na montagem e facilidade de compreensão, enquanto o que apoia as escalas gráficas afirma que o método enfatiza os aspectos excepcionais de desempenho.
- (D) o servidor que aprova a escolha forçada explica que o método assegura uma análise de múltiplas perspectivas, enquanto o que apoia as escalas gráficas entende que o método enfatiza a percepção dos clientes internos e externos na avaliação.
- (E) o servidor defensor da escolha forçada alega que o método funciona como um complemento ideal às iniciativas de qualidade total, enquanto aquele que apoia as escalas gráficas afirma que o método garante profundidade e detalhamento na avaliação.

72

No que tange à Lei nº 94/1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, há previsão expressa de restrições quanto ao desvio de função. Entre elas, destaca-se que constitui falta grave do chefe imediato permitir ou tolerar que um funcionário exerça atividades fora das atribuições do cargo que ocupa. No entanto, a legislação estabelece exceção para situações específicas previstas em lei.

Com base nesse contexto, é correto afirmar que é vedado atribuir ao funcionário funções diversas daquelas de seu cargo, ressalvados os casos de

- (A) readaptação.
- (B) recondução.
- (C) reversão.
- (D) reintegração.
- (E) nomeação.

73

Jamil foi aprovado em concurso público para um cargo efetivo no Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro. Após sua nomeação e posse, ele iniciou o exercício das funções públicas, ficando sujeito ao cumprimento do estágio probatório, conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro (Lei nº 94/1979).

Nesse contexto, é correto afirmar que, conforme previsto no Estatuto, Jamil permanecerá em estágio probatório por:

- (A) 1 ano, com avaliação da assiduidade entre os requisitos.
- (B) 2 anos, com avaliação da eficiência entre os requisitos.
- (C) 2 anos, com avaliação da disciplina entre os requisitos.
- (D) 3 anos, com avaliação da iniciativa entre os requisitos.
- (E) 3 anos, com avaliação da efetividade entre os requisitos.

74

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Rio de Janeiro (Lei nº 94/1979), avalie se, além do tempo de serviço prestado, também será considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I. Recolhimento à prisão, ainda que não absolvido ao final;
- II. Participação em tribunal do júri;
- III. Período de afastamento compulsório determinado pela legislação sanitária.

Será considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Licitações e Contratos

75

O Município do Rio de Janeiro pretende realizar as seguintes contratações:

- I. alienação de bens imóveis legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;
- II. credenciamento para a prestação de serviço de reboque de automóveis, de todos os interessados que preencham os requisitos objetivos para tanto;
- III. aquisição de grande quantidade de bens comuns, considerados materiais de consumo, tais como produtos de limpeza, papel higiênico, bem como materiais de papelaria e escritório, destinados ao adequado funcionamento de suas repartições, mediante sistema de registro de preços.

Considerando as modalidades de licitação e as hipóteses de contratações direta, previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta a adequada correspondência a cada uma das situações descritas, segundo a ordem apresentada.

- (A) I. Concorrência – II. Licitação dispensável – III. Leilão.
- (B) I. Leilão – II. Inexigibilidade de licitação – III. Pregão.
- (C) I. Licitação dispensável – II. Pregão – III. Concurso.
- (D) I. Pregão – II. Concorrência – III. Inexigibilidade de licitação.
- (E) I. Inexigibilidade de licitação – II. Concurso – III. Licitação dispensável.

76

Laura realizou uma explicação detalhada acerca dos aspectos pertinentes e das distinções no tocante a:

- (I) cláusulas essenciais nos contratos administrativos;
- (II) cláusulas exorbitantes, conferindo os respectivos exemplos.

Nesse contexto, assinale a opção correta quanto aos exemplos dados por Laura, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em relação a (I) e (II).

- (A) (I) O modelo de gestão do contrato; (II) Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços nos contratos de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (B) (I) A matriz de riscos nos contratos de grande vulto; (II) A modificação unilateral do contrato administrativo para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (C) (I) Os casos de extinção; (II) Preço, condições de pagamento, critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços e critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- (D) (I) A fiscalização do contrato; (II) A ocupação temporária de bens móveis e imóveis e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de risco à prestação de serviços essenciais.
- (E) (I) O regime de execução; (II) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

77

No exercício da função de analista da Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro, Elza foi indagada sobre as compras de pequeno valor e pronto pagamento na esfera do aludido ente federativo.

À luz do disposto no Decreto Rio nº 50.162/2022, que consolida, em âmbito municipal, a legislação referente ao Sistema Descentralizado de Pagamento – SDP, Elza informou corretamente que não será permitida em hipótese alguma a realização de tais despesas com:

- (A) diárias e hospedagem.
- (B) aquisição de passagens aéreas.
- (C) conservação e adaptação de bens móveis.
- (D) manutenção de veículos que pertençam ao patrimônio municipal.
- (E) inscrição de servidores em cursos de capacitação relacionados ao exercício de suas atribuições.

78

Assinale a opção que contém os princípios consagrados na Lei nº 14.133/2021, no que concerne às licitações e contratações públicas.

- (A) Economicidade, ponderação de interesses e personalidade.
- (B) Razoabilidade, improbidade administrativa e vinculação ao edital.
- (C) Proporcionalidade, moralidade e julgamento subjetivo das propostas.
- (D) Competitividade, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável.
- (E) Segurança jurídica, supremacia do interesse público e direcionamento razoável.

79

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, os órgãos e as entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta em regulamento.

Sobre o tema, à luz da mencionada Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) É permitido que o órgão ou a entidade licitante de cada ente federativo edite atos normativos para fins de exigir registro cadastral complementar a fim dos acessos a edital e anexos.
- (B) O sistema de registro cadastral unificado será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, dispensando, no entanto, o chamamento público pela internet, no mínimo, anual, para ingresso de novos interessados.
- (C) A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento, hipótese em que será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.
- (D) Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos na Lei em questão, sendo vedada a divisão dos inscritos por categorias, segundo a qualificação técnica e econômico-financeira avaliada, ainda que por meio de regras objetivas divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- (E) O interessado que requerer a inscrição no registro cadastral, mediante o fornecimento dos elementos necessários exigidos para habilitação previstos na lei de regência, poderá participar de processo licitatório até a decisão da Administração, situação em que para a celebração do contrato não se exigirá emissão do respectivo certificado.

80

As autoridades competentes do Município do Rio de Janeiro precisam indicar agentes públicos para o exercício das funções de gestor e de fiscal de contrato administrativo, razão pela qual passaram a analisar as normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Rio nº 51.629/2022 acerca do tema.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) É aconselhável e pertinente a designação como gestor ou fiscal do contrato do servidor municipal que tenha participado como agente de contratação e/ou membro de comissão de contratação do mesmo contrato, na medida em que tem conhecimento das peculiaridades da avença.
- (B) Não há impedimento ou vedação para a designação na função de gestor ou de fiscal do contrato de servidor que possua vínculo de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, de segundo grau com dirigentes do contrato.
- (C) A função de gestor ou fiscal do contrato pode ser recusada pelo servidor, ou renunciada a qualquer tempo, com fundamento na autonomia de sua vontade, mesmo que tenha conhecimento profissional e técnico para o exercício de tais atribuições e não se enquadre nos impedimentos e vedações elencados nas normas de regência.
- (D) A gestão contratual deverá ser realizada por pelo menos um agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos dois agentes públicos designados, que não poderão se enquadrar nas hipóteses definidas como de conflito de interesses para o exercício de tais atribuições.
- (E) É vedada a designação de servidor de outro órgão ou entidade para o exercício da função de fiscal de contrato, em quaisquer circunstâncias, mesmo que seu objeto seja serviço técnico especializado, que demande formação específica, e haja comum acordo com as autoridades competentes de tais órgãos ou entidades.

Redação

A moradia digna é um direito constitucional fundamental, mas ainda é sinônimo de insegurança para muitas pessoas e representa um desafio persistente para gestores públicos, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, marcada por profundas desigualdades urbanas. Além de ser pauta central da **Agenda Rio 2030**, alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU, o direito à moradia envolve discussões sobre justiça social, equidade e atuação estatal.

A respeito desse tema, leia os textos motivadores a seguir.

I. Direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro

O tema da não universalização do acesso à moradia digna é particularmente sensível para o caso da cidade do Rio de Janeiro, cujo processo de urbanização esteve historicamente marcado por profundas iniquidades, expressas pela distribuição desigual de infraestrutura urbana e pela recorrente negação dos espaços populares de moradia enquanto parte legítima da cidade. Há vários indicadores que apontam para problemas relativos ao saneamento, transporte público, serviços essenciais, risco geológico, integração com o entorno, qualidade dos espaços públicos, dentre tantas outras vulnerabilidades que se somam à insegurança da posse da terra e da moradia. O acirramento da crise econômica em 2018 e a deflagração da crise sanitária de Covid-19 em 2020 deixaram evidente que o tema da moradia segue fundamental para a questão urbana do Rio e do Brasil, reforçando a importância do debate e da participação pública a respeito.

Adaptado de QUEIROZ, Luiz Cesar de Ribeiro e RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). Reforma urbana e direito à cidade (Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 46.

II. Direito à moradia sob a ótica da Justiça como equidade de John Rawls

O número de habitações irregulares tem se multiplicado durante as últimas décadas em todas as regiões do Brasil. Estima-se, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obtidos por meio do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), que o percentual de domicílios que contam com alguma inadequação habitacional é de cerca da metade do total existente atualmente no Brasil. Mais de cinco milhões de moradias dignas precisam ser construídas em todo o país para suprir a demanda atual, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, de 2012 (IPEA, 2013). Segundo esta pesquisa, o estrato de renda mais prejudicado com a falta de habitabilidade é o que auferir até três salários mínimos mensais. Daí decorre a importância da análise do pensamento de John Rawls presente na sua obra *Uma Teoria da Justiça*, em que são elaborados princípios que, pela sua generalidade, podem ser aplicados em muitas sociedades ocidentais (democráticas e que garantam algum nível de liberdade aos seus cidadãos), e que, pelo seu conteúdo, introduzem uma forma de guiar a atuação estatal, tendo em vista os interesses de toda a sociedade, e em particular, o das classes sociais menos favorecidas. A relevância da justiça rawlsiana se deveu à forma como a liberdade foi articulada com a igualdade, ao mesmo tempo em que compete, principalmente, ao Estado (guiado por princípios de justiça) se preocupar com a distribuição dos bens primários.

Adaptado de OUTEIRO, Gabriel Moraes. Direito à moradia sob a ótica da Justiça como equidade de John Rawls, in: *Revista Jus Navigandi*, 4.251, 2015.

Com base nos textos motivadores e em seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo, de 20 a 30 linhas, atendendo às seguintes proposições:

- a) **análise os principais obstáculos à efetivação do direito à moradia digna na cidade do Rio de Janeiro, considerando aspectos históricos e socioeconômicos;**
- b) **relacione a teoria da justiça como equidade de John Rawls à necessidade de políticas públicas inclusivas voltadas às populações mais vulneráveis;**
- c) **apresente o papel do município na promoção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.**

Realização

